



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – NPGeo

“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”
São Cristóvão, 29 e 30 de agosto de 2013.



A ÁGUA E OS CONFLITOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SERGIPE

Luiz Carlos Sousa Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Grupo de Pesquisa GEOPLAN
e-mail: lsousasilva@uol.com.br

Rosemeri Melo e Sousa

Orientadora e professora do NPGeo - UFS
Grupo de Pesquisa GEOPLAN
e-mail: rome@ufs.br

Introdução

Este ensaio aborda alguns dos conflitos, pelo uso da água, na Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe, que abrange vinte e seis municípios e perpassa por três regiões fisiográficas do Estado de Sergipe: Semiárido, Agreste e Litoral. Esses conflitos são gerados a partir de interesses diversos pelo uso da água, apontando para uma possível confirmação da confrontação entre demandas e ofertas dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica do rio Sergipe, gerados, principalmente, pelo estresse hídrico e escassez hídrica.

Nesse sentido, a bacia hidrográfica deve ser estudada de forma integrada, como um todo, pois esse todo funciona como uma engrenagem que, ao ser danificada uma de suas partes, poderá causar alterações danosas no todo.

Apesar do novo modelo de gestão dos recursos hídricos no Estado de Sergipe, implementado pela lei 3.879/97, que discorre acerca da Política Estadual de Recursos Hídricos, ter instituído a gestão participativa e descentralizada, através dos instrumentos de gestão como a criação de comitês de bacias hidrográficas Estaduais, a criação da Agência de Águas e a implementação dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos e de Bacias Hidrográficas, ainda há na sociedade sergipana uma resistência a esse modelo participativo.

Metodologia

Os procedimentos adotados para a elaboração deste artigo basearam-se em leituras de textos relacionados a questões de conflitos socioambientais que envolvem recursos hídricos e em trabalho de campo com visitas a toda área de estudos, desde a nascente até a foz do rio Sergipe, no qual mantivemos contato com alguns atores sociais envolvidos com essa problemática.

Resultados

Das seis bacias hidrográficas do Estado, a do rio Sergipe é a que apresenta a maior diversidade de usos e conflitos pela água. As inúmeras atividades econômicas, atreladas ao forte contingente populacional da bacia hidrográfica, promove um ambiente de intensa exploração e consumo dos recursos naturais, tornando a região alvo de intensas ações que envolvem o meio ambiente.

Devemos estudar a bacia hidrográfica como um todo, sem considerar apenas um dos elementos, mas o conjunto em interação: clima, vegetação, litologia, relevo, entre outros. Entende-se também que a relação sociedade versus natureza deve ser estudada, pois a ação antrópica influencia a dinâmica natural da bacia. (Melo e Souza, et al, 2009, p. 84). Portanto, essa dinâmica de exploração dos recursos naturais, empreendida pela ação humana no cenário das bacias hidrográficas, traz à tona a discussão do desenvolvimento sustentável e do modelo de sobrevivência adotado pela sociedade moderna.

Ao sancionar o Projeto de Lei 2.249/91, transformando-o posteriormente na Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, o Governo Federal instituiu a "Política Nacional de Recursos Hídricos" e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos através do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Em nível estadual, para incrementar as ações de gestão dos recursos hídricos em Sergipe, foi sancionada a Lei nº 3.870, de 25/12/97 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Este gerenciamento ficou inicialmente a cargo da SEPLANTEC - Secretaria Estadual de Planejamento e Tecnologia, através da Superintendência Estadual de Recursos Hídricos - SRH, sendo esta, posteriormente, incorporada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH.

A Lei 3.870/97 traz os seguintes princípios:

- I- "a água é um bem de domínio público;
- II- a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III- em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

- IV- a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V- a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades". Lei nº 3.870 de 25-09-1997.

Com essas determinações fica evidenciado que os diversos usos das águas dependem, principalmente, de um estudo mais detalhado e complementar das necessidades existentes em cada comunidade inserida numa bacia hidrográfica, com relação à oferta do seu potencial hídrico.

O incremento populacional e a concentração urbana têm criado passivos ambientais crescentes no tocante a expansão dos serviços de água na área da bacia hidrográfica do Rio Sergipe. Essa situação leva a conclusão de que a gestão da água é imprescindível para a melhoria da qualidade de vida da população que vive em centros urbanos ou em áreas rurais.

Neste sentido, é comum a multiplicidade de interesses e objetivos, que dão lugar a existência de conflitos entre os diversos atores existentes na área da bacia que obedecem ou seguem forças exógenas ou endógenas, configurando as horizontalidades e verticalidades propostas por Santos (2002).

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da competência e da revolta (Santos, 2002, p. 286).

Os diversos interesses no processo de exploração dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe, na maioria das vezes, se confrontam com os interesses da maioria da população inserida no seu espaço e que, segundo Sousa Silva (2001):

Na região da bacia hidrográfica do rio Sergipe existem conflitos dos mais diversos. Dentre estes podemos citar os do uso da água, o do lançamento de efluentes domésticos e industriais, da deposição dos resíduos sólidos, do processo de expansão de áreas urbanas, de implantação de indústrias e de cultivos, além da expansão da pecuária (Sousa Silva, 2001, 16).

Dentre esses conflitos o uso das águas é o que tem relação direta com os demais conflitos existentes na região. A pouca oferta hídrica contradiz com a expansão das atividades humanas o que se percebe pela intensificação dos problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos.

A expansão urbana na bacia do Rio Sergipe, associada à falta de investimentos em saneamento urbano contribui para o incremento da produção de efluentes, reduzindo sensivelmente a qualidade das águas em toda a bacia.

Além disso, há outros elementos que intensificam os conflitos pelo uso da água a exemplo dos barramentos dos cursos d'água na bacia, feitos ilegalmente por proprietários de terras, das retiradas de grandes vazões de água sem outorga e do lixiviamento de resíduos de agrotóxicos oriundos de cultivos agrícolas feitos nas proximidades dos rios.

Na agricultura estes conflitos também são visíveis na análise dos projetos de irrigação presentes na bacia, a exemplo do Jacarecica I, do Macela (Itabaiana) e Jacarecica II (Areia Branca/Malhador). A grande quantidade de pequenos produtores fazendo uso indiscriminado de água e de agrotóxicos são fatores que contribuem para agravar a problemática ambiental.

Todos estes elementos intervêm de maneira direta ou indireta para a intensificação dos conflitos em função da alteração da qualidade e quantidade de água.

Dentro deste cenário, cabe destacar que o processo de melhoria da qualidade de vida de um povo requer esforços e interesses por parte, principalmente, dos poderes públicos passando, obrigatoriamente, pela implantação de políticas que promovam essa melhoria, através de programas nos quais as necessidades da sociedade devam ser colocadas como prioritárias.

Entendemos que dentre as ações prioritárias a serem implantadas ou implementadas, estão a Educação Ambiental e a participação nos processos de gestão, direcionados aos atores sociais presentes na BHS, de modo a minimizar as ações causadoras de conflitos na área. Dizemos isso, pois, muitas das atitudes observadas são consequências da falta de conhecimento e informação e não única e necessariamente ações de má fé.

Portanto, as abordagens contidas neste estudo apontam para as questões que envolvem a participação da sociedade nas discussões acerca do modelo a ser adotado para melhor gerir os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Sergipe, dentro de um cenário de conflitos socioambientais, sem perder o foco da necessidade de implantar políticas públicas objetivas, principalmente, para assegurar o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica.

Referências

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUZA SILVA, Luiz Carlos. **Olericultura e Trabalho Familiar em Itabaiana/Se**. (Dissertação de Mestrado), NPGeo/UFS, 2001.

MELO e SOUZA, Rosemeri [et. al.], **Território, Planejamento e Sustentabilidade: Conceitos e Práticas**. São Cristóvão. Ed. UFS. 2009.

Eixo Temático: **Dinâmica Ambiental**